

Sarney defende presidencialismo no almoço com Bernardo Cabral

Para Richa, só duas questões irão para voto

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney voltou a defender a manutenção do presidencialismo durante almoço, ontem, com o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, argumentando que é "muito difícil implantar o parlamentarismo de uma hora para outra". Ele teme que, neste momento de transição democrática, "tomem o parlamentarismo mais uma vez como uma solução para uma crise emergencial".

Cabral disse-lhe que defende o presidencialismo até o fim de seu mandato, para que o próprio Sarney promova a transição para o parlamentarismo. A conversa girou mais em torno de detalhes jurídicos, sem avançar no campo político. Também salientou que o Presidente não foi contra o parlamentarismo:

— Ele inclusive declinou a sua simpatia por este sistema, que já vem de longe. Ele apenas não quer o parlamentarismo agora.

Reforçando a tese defendida pelo Presidente, Bernardo Cabral argumentou:

— Nesse ponto ele tem razão. Eu, por exemplo, sou parlamentarista por convicção, e não por transição. Chego até a admitir que será um longo processo a conscientização da população para o parlamentarismo puro, porque a população não encara com bons olhos se retirar dela a oportunidade de votar no seu Presidente. No parlamentarismo puro, o Presidente é escolhido pelo Congres-

Foto de Gilberto Alves



Relator diz que entende Presidente

so e o Primeiro-Ministro pela Câmara.

Ao abordar a atual fase dos trabalhos na Constituinte, o Presidente Sarney comentou que tem a certeza de que o Relator desenvolverá um substitutivo que não seja fruto de um trabalho pessoal, mas sim o resultado das posições de todas as correntes que compõem a Constituinte. Cabral informou que está justamente ouvindo todos os segmentos, inclusive os subsídios dos grupos de trabalho interpartidários, como o do

Senador Richa e o do Deputado Euclides Scalco. Com mais as emendas dos constituintes e as emendas populares, ele pretende enriquecer bastante o seu trabalho.

Mesmo sem ser questionado pelo Presidente, o Relator da Sistematização falou sobre os pontos polêmicos da Constituinte, destacando a reforma agrária, a anistia e a estabilidade no emprego. Disse que poderá haver consenso em relação à estabilidade e que o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, continua mantendo conversações em torno deste assunto.

Cabral também salientou que há algumas matérias polêmicas que não cabem no texto constitucional, como aborto e pena de morte. A questão da anistia é polêmica. O Presidente achou interessante quando o Relator falou sobre a criação de um ato adicional, para permitir a inclusão desses temas na legislação ordinária. Também poderia ser chamado de Ato das Disposições Adicionais ou Ato das Disposições Não Constitucionais.

Sarney apoiou esta medida, lembrando que sofreu na pele, quando Senador, o problema da morosidade do Legislativo. No final da conversa, fez uma brincadeira, dizendo que tinha certeza de que uma frase do Relator seria concretizada: Cabral afirmou certa vez que o "monstrengo" acabaria resultando numa "moça bonita e enxuta", ou seja, uma Constituição nova, densa e concentrada.

PORTO ALEGRE — O Senador José Richa, que coordena o Grupo dos 32, disse ontem que o mandato presidencial e o sistema de Governo são os pontos mais polêmicos da Constituinte e não escaparão da decisão pelo voto no plenário. Mas acha que serão os únicos dos 19 pontos polêmicos que não alcançarão o consenso. Richa comentou que, para isso e para o aperfeiçoamento da Constituição até agora elaborada, contribuiu muito o trabalho realizado pelo Grupo dos 32, que dirige, pois conseguiu "enxugar" o projeto diminuindo-o de mais de 500 artigos para apenas 221, mais 29 nas disposições transitórias. Além disso, considera que o ambiente da Constituinte, hoje, está muito melhor do que há dois meses.

Mas a possibilidade de não se alcançar consenso quanto ao sistema de Governo e o mandato parece não preocupar muito o Senador. Ele fez sua avaliação de que terminarão decididos no voto com bastante naturalidade e argumentando que a sua proposta, para resolver a discussão do sistema de Governo, será de que a Constituinte coloque o parlamentarismo clássico no corpo permanente da Constituição e discuta, nas disposições transitórias, a gradualidade da implantação do sistema híbrido. Para o outro ponto polêmico, sua sugestão será de que, primeiro, a Constituinte defina o mandato, para depois discutir a questão específica do Presidente Sarney. O Senador acredita que com essas fórmulas se chegará a um entendimento.

Ao avaliar que seu grupo teve um bom desempenho no trabalho a que se propôs, Richa atribuiu o resultado principalmente ao fato de resolver retirar os pontos polêmicos, para acerto em separado, e também os não constitucionais, citando como exemplo destes últimos a jornada de trabalho. Argumentou que a jornada é matéria de lei ordinária e não constitucional. O mesmo, segundo ele, acontece em relação a alguns princípios estatizantes. Richa confirmou que todos os princípios estatizantes foram retirados pelo grupo, alguns porque não eram constitucionais.

Richa também considerou "muito melhor" o ambiente da Constituinte hoje, atribuindo os problemas iniciais ao fato de os trabalhos terem começado sem nenhum texto-base e de a maioria dos constituintes mal se conhecer, já que houve dois terços de renovação do Congresso. O Senador entende que essa falta de entrosamento e a vontade de muitos dos novos de se destacarem é que exacerbou e emocionalizou o ambiente.

'Moderado' apresenta manifesto e propostas sobre pontos polêmicos

BRASÍLIA — O grupo "moderado" da Constituinte, que articula um bloco suprapartidário para atuação conjunta no plenário da Constituinte, concluiu ontem o manifesto que será divulgado na próxima semana, fixando os princípios que irão nortear o trabalho do bloco. São oito propostas que incluem questões polêmicas como a descentralização do Judiciário, reforma agrária, direito do cidadão e conceito de empresa nacional. Logo no primeiro item, estão assegurados os direitos dos cidadãos, que deverão ser garantidos pela Constituição sem contrariar a tradição e História do País. Em seguida, coloca as funções do Estado, que devem readquirir sua independência e harmonia, para que se tornem equilibradas e possam, reciprocamente, controlar-se, coibindo a hipertrofia de qualquer uma delas.

Defende o fortalecimento, a descentralização e a simplificação do Judiciário, para que cumpra, com eficiência, sua missão, especialmente junto às populações mais carentes, para tornar a Justiça acessível a todos os brasileiros, principalmente nas pequenas causas. Defende também um Parlamento forte, com amplos poderes para discutir e alterar o orçamento do Estado e acompanhar a sua execução.

O manifesto propõe o estabelecimento de um sistema tributário descentralizado e a redistribuição das competências tributárias entre União, Estados e municípios, estimulando a geração de riquezas, em detrimento da especulação. Defende a descentralização política e administrativa e, na ordem econômica, repudia fórmulas estatizantes ou xenó-

bas que resultem em retrocesso, estagnação e no estrangulamento da liberdade de ser e de empreender. Apóia ainda o fortalecimento da empresa nacional, para que se torne eficiente e competitiva, e uma reforma agrária que atenda aos reais interesses da sociedade, eliminando os conflitos fundiários através de uma justiça agilizada.

No capítulo dos direitos dos trabalhadores, o manifesto propõe defender a garantia ao amplo direito de greve; o estabelecimento de um sistema de seguridade social que garanta ao trabalhador e sua família amparo em caso de desemprego; aumento das garantias do trabalhador no contrato de trabalho e a fixação da jornada de trabalho através da negociação direta entre trabalhadores e empresários.